

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

OS PROGRAMAS DE ENSINO MÉDIO DE TEMPO INTEGRAL NO NORDESTE DO BRASIL

Aldilene do Nascimento Alves (UFAL)
aldilene.nascimento@cedu.ufal.br

Andréa Giordanna Araujo da Silva (UFAL)
andrea.giordanna@cedu.ufal.br

Resumo: Neste trabalho descrevem-se os Programas de Ensino Médio de Tempo Integral instituídos na região Nordeste no período de 2004-2018. Utilizou-se como aporte teórico, para a interpretação dos documentos e a identificação das tipologias de parceria público-privada no campo educacional do Brasil, os estudos de Adrião (2018), Chaves (2019), Silva (2016) e Silva (2017). Realizou-se uma pesquisa de natureza documental, tendo como fontes primárias diversos documentos e materiais originais que poderiam ser usados como fonte de informação neste estudo (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 56). Concluiu-se que o processo de privatizações das escolas públicas nos estados nordestinos tem se estruturado por meio da oferta de cursos de formação para gestores e professores, pela contratação de assessorias e consultorias técnicas para gestão das escolas e pela aquisição de materiais pedagógicos e recursos digitais obtidos por meio da parceria com instituições ligadas aos grupos empresariais.

Palavras-chave: Parceria Público-Privada. Ensino Médio de Tempo Integral. Formação Docente.

1 INTRODUÇÃO

Neste estudo discutem-se aspectos dos regimes de parceria público-privada, no âmbito educacional, que interferem na formação e no projeto de vida e de trabalho das juventudes das periferias brasileiras. Logo, são analisados documentos institucionais relacionados aos programas de ensino médio de tempo ampliado de nove estados brasileiros. No processo de análise, identificamos algumas ações de intervenções do regime de parceria público-privada que provocam alterações na organização administrativa e pedagógica das escolas e interferem na formação dos jovens das escolas públicas.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Para o entendimento das relações e dos interesses políticos relacionados ao ensino público e à parceria público-privada, consultamos os estudos de Adrião (2018), Chaves (2019), Silva (2016) e Silva (2017). Esta pesquisa, de caráter documental (PRODANOV; FREITAS, 2013) e de domínio comparativo, buscou identificar as “[...] continuidades e descontinuidades, semelhanças e diferenças, e explicitando as determinações mais gerais que regem os fenômenos sociais” (SCHNEIDER; SCHMITT, 1998, p. 1) que, no nosso estudo, são os Programas de Ensino Médio de Tempo Integral implantados na região Nordeste do Brasil.

Por conseguinte, realizamos o mapeamento dos documentos oficiais referentes aos programas estaduais de ensino médio e de âmbito nacional, a saber: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) (BRASIL, 1996); a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017); o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (BRASIL, 2014); a Medida Provisória nº 746 (BRASIL, 2016); e a Nova Reforma Ensino Médio (BRASIL, 2017). Também consideramos as notícias acerca do ensino médio de tempo integral alocadas nos *sites* dos Sindicatos dos Trabalhadores de Educação (ou dos professores) como fontes de informação.

2 ENSINO MÉDIO EM REGIME DE PARCERIA

Para a exposição de como a parceria público-privada tem realizado processos contínuos e acumulativos de intervenção das escolas públicas, apresenta-se a descrição dos programas implantados nos estados do Nordeste do Brasil, pontuando as instituições parceiras e as atividades por elas desenvolvidas em regime de parceria.

A implantação do ensino médio de tempo integral em regime de parceria no Brasil foi iniciada em 2004, quando foi criado o Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimentais (Procentro) ou as Escolas de Referência em Ensino Médio (EREM). Esse modelo surge no Ginásio Pernambucano, na cidade de Recife,

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

e tinha como instituição gestora o Instituto de Corresponsabilidade Social (ICE¹), (AGÊNCIA CÂMARA DE NOTÍCIAS, 2007, p. 1). Nesse projeto, os professores desenvolviam jornada de trabalho em regime integral, “[...] com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, ou semi-integral, com carga horária de 33,33 (trinta e três vírgula trinta e três) horas semanais, distribuídas em 5 (cinco) dias, de acordo com o funcionamento de cada escola” (PERNAMBUCO, 2017, p. 1). O currículo incluía a formulação do Projeto de Vida e o desenvolvimento de atitudes empreendedoras e estava fundamentado na perspectiva da Educação Interdimensional (SILVA, 2016).

Em 2006, o Decreto nº 28.975 substituiu a Lei nº 12.965/2005, que instituiu a “[...] supervisão e execução de contratos de gestão ou termos de parceria com entidades gestoras dos mesmos, através da gerência do Programa de Desenvolvimento dos Centros de Ensino Experimental” (BRASIL, 2005, p. 1). O currículo das escolas integrais incluía as práticas pedagógicas para o desenvolvimento do Projeto de Vida e o Empreendedorismo e as formações de professores foram realizadas com as “[...] parcerias do ICE e do Instituto Sonho Grande” (PERNAMBUCO, 2018, p. 106).

A jornada prolongada no estado do Ceará foi implementada a partir de 2008, com o investimento das Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). Por meio da Lei nº 14.273/08, a matriz curricular incorporou práticas associadas ao mundo de trabalho. O currículo a ser ofertado pela escola estava distribuído em eixos temáticos, a saber: Conteúdo da Base Comum; Arte e Cultura; Comunicação Uso de Mídias; Cultura Digital e Tecnológica; Educação Ambiental e Sustentabilidade; Educação Científica; Educação em Direitos Humanos; Esporte, Lazer e Promoção da Saúde; Mundo do Trabalho e Formação Profissional; Clubes Estudantis (temáticas e organização sob autogestão dos estudantes). A “Lei Nº 16.287/2017, em 2017,

1 “O ICE é uma entidade sem fins econômicos, foi criado em 2003 por um grupo de empresários motivados a conceber um novo modelo de escola e resgatar o padrão de excelência do então Ginásio Pernambucano, localizado em Recife”. Disponível em: <http://icebrasil.org.br/sobre-o-ice/>. Acesso em: 12 jul. 2020.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

instituiu a Política de Ensino Médio em Tempo Integral no âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Por conseguinte, as formações de professores nas Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral estão sendo ofertadas pelo Instituto Ayrton Senna², formando os coordenadores regionais do Projeto Professor Diretor de Turma e os Psicólogos Educacionais. O Instituto Aliança colabora com atividades direcionadas aos estudantes, como a formação do Projeto de Vida e as Competências Socioemocionais.

O estado da Bahia iniciou o Programa de Educação Integral (ProEI) em 2014, com a Portaria nº 249/2014, que “[...] institui a implantação, organização e funcionamento do Programa de Educação Integral em unidades escolares da rede pública estadual” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA, 2014, p. 1). O ProEI funcionava de forma articulada ao Programa Mais Educação (PME) e ao Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI). A proposta pedagógica do ProEI estava fundada, segundo o discurso oficial, em “[...] princípios filosóficos e políticos de natureza emancipatória de forma a atender aos estudantes nos diferentes níveis em que se encontram, tendo como horizonte a transformação dos sujeitos e da sociedade” (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DA BAHIA, 2014, p. 31).

Em 2019, foi estabelecida a matriz de flexibilização do currículo do Novo Ensino Médio, que especifica as disciplinas obrigatórias, como: Iniciação Científica (presencial), Projeto de Intervenção Social (EaD), Produção e Interpretação Textual, Produção e Interpretação Textual (EaD) (presencial), Projeto de Vida e Cidadania (presencial), Eletiva I Autoria da escola, Eletiva II Autoria da escola, Eletiva III EaD Autoria do parceiro (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DA BAHIA, 2019, p. 1). As ações são desenvolvidas em parceria com inúmeras instituições, dentre elas o Instituto Aliança, que promoveu, na capital baiana, ciclos de formação desenvolvidos para os coordenadores e professores integrantes dos programas Núcleo de Trabalho,

² O Instituto Ayrton Senna é uma organização sem fins lucrativos e foi criada em 1994.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Pesquisas e Práticas Sociais (NTPPS), e incidência em Escolas de Educação Profissional na Bahia.

Em Alagoas, o Decreto nº 40.207/2015 instituiu o Programa Alagoano de Ensino Integral (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE ALAGOAS, 2015, p. 1). O Instituto Inspirare iniciou a “[...] formação de professores e apoio ao fortalecimento das escolas de educação integral em São Miguel dos Campos (AL)” (INSPIRARE, 2012, p. 101). Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de São Miguel dos Campos e do Programa Alagoano de Ensino Integral (PALEI):

[...] a Secretaria de Educação do Estado de Alagoas nos convidou para apoiar o PALEI (Programa Alagoano de Ensino Integral) quando ainda contava com apenas uma escola. Contribuímos com a revisão de diretrizes, a mobilização e formação de educadores, a produção de materiais orientadores e o desenvolvimento de cursos e mecanismos de acompanhamento a distância para assegurar a incorporação dos princípios, bem como a boa gestão e implementação do programa, que se expande de forma consistente a cada ano (INSTITUTO INSPIRARE, 2019, p. 72).

O currículo em Alagoas está dividido e organizado de forma diferente para o ensino diurno. Assim, tem-se o Currículo Ensino Médio Tempo Integral (2017), que tem BNCC, e a parte flexível engloba: Língua Inglesa como oferta eletiva, projeto integrador, projeto orientador de turma, estudos orientados e clube juvenil. Também há o Currículo Ensino Médio em Tempo Integral (2019), construído pela BNCC e parte flexível, que engloba “Oficinas de Língua Portuguesa, Oficinas de Matemática como oferta eletivas I e II, e também se constitui pelos Projeto Integrador, Projeto Orientador de Turma, Estudos Orientados, Clube Juvenil” (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS, 2019, p. 1).

O maior problema dessas escolas, segundo o Sindicato dos Trabalhadores de Educação de Alagoas (2017, p. 1), é que elas

[...] não são obrigadas a ofertarem todas as áreas complementares do currículo (os outros 57,1%). ‘Pior: o estudante de determinado município que não se sentir contemplado com a(s) área(s) ofertada(s)

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

em sua escola, terá que cursar outra área diferente da predileta ou mudar de cidade ou pagar um curso na rede privada.

O estado do Maranhão, com a Lei nº 10.414/2016, criou o Programa de Educação Integral e os Centros de Educação Integral de Ensino Médio (MARANHÃO, 2016). O currículo dos Centros se estrutura por uma base comum e pelas disciplinas eletivas, que integram a formação cidadã, girando em torno de grandes eixos: “Vida em Sociedade; Desenvolvimento e Atividade Produtiva; Experiência Subjetiva e a Riqueza Cultural; Uso da Ciência e Tecnologia. O ICE ficou responsável por acompanhar os três primeiros anos do programa” e caberia à escola continuar o trabalho. O Instituto também ficou responsável por “[...] capacitar professores e monitorar o programa [...]” (MARANHÃO, 2016, p. 1), realizando avaliações periódicas com metas e resultados predefinidos.

O Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica das Redes Públicas Estaduais e Municipais do Maranhão (2018, p. 5) observou que o programa “[...] pretende cortar absurdamente o número de professores nas escolas [...] oferecer conteúdo curriculares a distância diminuindo as necessidades de professores em sala de aula”.

Na Paraíba, o Decreto nº 36.408/2015 criou a Escola Cidadã Integral, que instituiu o Regime de Dedicção Docente Integral (RDDI). Ainda em 2015, um novo Decreto nº 36.409/2015 criou a “[...] Escola Cidadã Integral Técnica, também com dedicação integral dos docentes” (PARAIBA, 2018, p. 1). Em 2018, uma nova lei, a Lei nº 11.100/2018, instituiu o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais (ECI), Escolas Cidadãs Integrais Técnicas (ECT) e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas, que rege as Escolas Cidadãs Integrais e as Técnicas, totalizando o número de 229 escolas no estado.

O modelo está centrado no desenvolvimento do Projeto de Vida do Estudante, de modo que todas as ações devem movimentar os três eixos formativos: Formação Acadêmica de Excelência; Formação de Competências para o Século XXI; e

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

Formação para a Vida. “Em 2016, época em que as ações estavam sendo implementadas, o projeto da Paraíba começou a receber apoio do Itaú BBA. O banco apoiou técnica e financeiramente o projeto, com o objetivo de promover cursos técnico nas escolas estaduais integrais” (PARAÍBA, 2019, p. 1). O currículo, na Paraíba, está estruturado na Base Nacional Comum e tem parte flexível constituída por tutoria e clubes de protagonismo.

Sobre a atuação dos professores, destaca-se que “[...] professores em Regime de Dedicção Docente Integral- RDDI membros das Escolas Cidadãs Integrais-ECIs e das Escolas Cidadãs Integrais Técnicas- ECITs” têm carga horária de 40 (quarenta) horas semanais (PARAIBA, 2017, p. 1). Para o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação do Estado da Paraíba (2018, p. 1), as diferentes categorias salariais têm como objetivo “[...] desprofissionalizar nossa categoria, diminuindo drasticamente as bases de nossas entidades. Muitos/as educadores/as passarão a ser contratados por meio de trabalho intermitente, via Organizações Sociais (OSs)”. Nesse caso, as instituições parceiras foram o Sonho Grande, ICE, Instituto Natura e Itaú BBA. Os parceiros acompanham algumas escolas, ajudam no monitoramento das ações e na avaliação de resultados. O Itaú BBA fez a formação inicial e ajudou a estruturar o currículo.

A principal crítica do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Paraíba (2018, p. 1) é que as formações (para os docentes) são desenvolvidas “[...] por meio da oferta de muitas disciplinas na modalidade de educação à distância, que serão ofertadas por empresas ávidas em vender seus pacotes televisivos e de Internet [...]”.

O estado do Sergipe, com o Decreto nº 30.505/2017, estabeleceu o funcionamento dos Centros Experimentais de Ensino Médio (CEEM) (SERGIPE, 2017, p. 1). O currículo tem uma base comum e uma parte flexível, como disciplinas eletivas, prática experimental, orientação de estudo práticas e vivências de

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

aprendizagens, projeto de vida e, ainda, preparação para o pós-médio e o empreendedorismo.

A principal parceira do programa é o ICE, que realiza atividades relacionadas à gestão das escolas e à formação dos professores, com a definição de objetivos, indicadores e metas a serem alcançadas, com estratégias a serem empregadas e avaliações de resultados impostas às escolas.

O estado do Rio Grande do Norte, com a Portaria nº 104/2017, instituiu a implantação do “[...] Programa de Educação em Tempo Integral, nas Escolas de Ensino Médio da Rede Pública Estadual” (RIO GRANDE DO NORTE, 2017, p. 1). Para a formação dos professores, estabeleceu parceria com o Instituto Unibanco e implantou o Programa Jovem do Futuro (JF) nas escolas públicas. O projeto de duração de três anos atua principalmente na gestão escolar e na formação dos professores (CAETANO, 2015).

O programa apresenta metas para o aumento do desempenho dos alunos como objetivo central e tem como parceiro o ICE e a Vivo Telefônica. “A STEIN Brasil é parceira na avaliação e o SEBRAE atua com projetos de educação empreendedora” (RIO GRANDE DO NORTE, 2019, p. 1). Segundo o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN (2018, p. 1), a estrutura do programa “Abre espaço também para contratações de docentes pelo chamado ‘notório saber’, ou seja, sem formação pedagógica e específica na área!”.

O currículo está organizado segundo a BNCC e tem trabalhos considerados extraclasse, “[...] (como estudo orientado, participação em feiras ou atividades esportivas), o foco do programa está no empreendedorismo e no protagonismo juvenil voltado para o mercado” (RIO GRANDE DO NORTE, 2017. p. 1).

Por isso, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do RN (2018, p. 1) questiona que “Esta BNCC torna mais de 40% do currículo como ‘parte flexível’. Isso abre espaço para que as aulas desta ‘parte flexível’ sejam oferecidas fora da

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

escola, online ou em institutos privados, podendo fazer de boa parte do Ensino Médio um ‘curso à distância’.

Em 2018, o estado do Piauí criou os Centros de Educação de Tempo Integral (CETI), Lei nº 7.113/2018 (PIAUI, 2018, p. 1). O Currículo já está estruturado segundo a BNCC e a parte flexível está voltada para atividades relacionadas ao protagonismo juvenil e ao empreendedorismo.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2018, p. 1), a Lei nº 13.415/2017, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, legitima os programas de ensino médio de tempo integral descritos neste estudo e sobre a qual a BNCC atuará, impõe retrocessos aos educadores e à sociedade brasileira. De um lado, fomenta a privatização da educação básica, ao repassar para o setor privado os currículos flexíveis, especialmente da Educação Técnica-Profissional”. Por outro lado, cria um verdadeiro *apartheid* socioeducacional, ao instituir escolas com currículos “à lá carte”, em um cenário nacional onde existem grandes desigualdades entre os estados da Federação no acesso aos recursos necessários à escola pública digna.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral colabora com um processo em curso, como apontamos, desde 2004 nos estados brasileiros, alterando as estruturas das escolas e promovendo mudanças administrativas e pedagógicas, especialmente a partir da aquisição de serviços de gestão e pedagógicos instituídos por meio da realização da parceria público-privada.

O currículo das escolas integrais, de modo geral, inclui o Projeto de Vida e Empreendedorismo como fundamentos de suas práticas, porém não apresentam reflexões teóricas e pedagógicas consistentes para a formação do corpo docente. Isso implica na precarização da formação continuada dos professores.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

A parceria também pode induzir um processo de desqualificação das atividades pedagógico-didáticas e culturais da escola por meio da contratação temporária de instrutores com notório saber e sem qualquer experiência com as discussões teóricas e experiências práticas que constituem os saberes necessários à docência.

Por fim, o Novo Ensino Médio, já em curso nos estados da região Nordeste em 2004, “[...] padroniza os conteúdos para todas as escolas deste imenso país, desprezando as diversidades locais e regionais” (PERONI; SCHEIBE, 2017, p. 389). Isso porque os testes nacionais e os promovidos pelas instituições parceiras assumem um caráter gerencialista, com foco meritocrático e punitivo para os estudantes e escolas, na medida em que a obtenção de bonificações (financeiras, estruturais e exposições positivas das escolas) estão quase que condicionadas aos resultados obtidos pelas instituições nas avaliações externas.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

CHAVES, David Santos Pereira. **Empresariamento da educação**: Instituto Ayrton Senna e a política de competências socioemocionais na rede estadual de ensino do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

CAETANO, Maria Raquel. As reformas educacionais: o novo ensino médio e a gestão para resultados – ofensiva empresarial? **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 29, n. 1, p. 204-220, jan./abr. 2018.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico, Universidade Feevale, 2013.

PERONI, Vera; SCHEIBE, Leda. Privatização da e na Educação: Projetos societários em disputa. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 11, n. 21, p. 387-392, jul./dez. 2017.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. O uso do método comparativo nas Ciências Sociais. **Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SILVA, Andrea Giordanna Araujo da. **Ensaio (em tempo) integral**: as propostas oficiais na dinâmica do real. Tese Doutorado em Educação- Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Educação, 2016.

SILVA. Rafaela Campos Duarte. **O ensino médio no Brasil e em minas gerais (1996 – 2016): nova configuração da velha dualidade**. Dissertação de (Mestrado) Universidade Federal de Minas Gerais Faculdade de Educação. Belo Horizonte, 2017.

DOCUMENTOS

ALAGOAS. **Página 81 Diário Oficial do Estado de Alagoas (DOEAL) de 6 de setembro de 2018**. PORTARIA/SEDUC Nº 3.802/2018. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/207490935/doeal-diario-oficial-06-09-2018-pg-81>. Acesso em: 10 jan. 2020.

APEOC. **Educação em luta**: Ceará Reafirma Posição Contrária à Reforma do Ensino Médio. 29 de novembro, 2016. Disponível em: <https://apeoc.org.br/educacao-em-luta-ceara-reafirma-posicao-contraria-a-reforma-do-ensino-medio/>. Acesso em: 17 jul. 2020.

BAHIA. **Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016**. Altera o Decreto nº 31435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral PROEIN, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. 2016. Disponível em: <http://stc.ma.gov.br/legislacao/documento/?id=4333>. Acesso em: 11 jan. 2020.

BAHIA. **Lei complementar nº 125, de 10 de julho de 2008**. Cria o Programa de Educação Integral, e dá outras providências. 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Aluno/Downloads/Lei%20Complementar%20N%C2%BA%20125,%20de%2010%20de%20julho%202008.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2020.

CEARÁ. Assembleia Legislativa do Estado do Ceará. **Lei n.º 16.287, de 20.07.17**. Institui a Política de Ensino Médio Em Tempo Integral no Âmbito da Rede Estadual de Ensino do Ceará. Disponível em: <https://belt.al.ce.gov.br/index.php/legislacao-do-ceara/organizacao-tematica/educacao/item/5883-lei-n-16-287-de-20-07-17-d-o-21-07-17>. Acesso em: 15 jan. 2020.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA: CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

INSTITUTO INSPIRARE. 7 anos de inspiração: os caminhos trilhados pelo Instituto Inspirare na busca por uma educação inovadora. Instituto Inspirare, 2019.

MARANHÃO. Decreto nº 31.520, de 29 de fevereiro de 2016. Altera o Decreto nº 31435, de 29 de dezembro de 2015, que regulamenta a Medida Provisória nº 212, que cria o Programa de Educação Integral PROEIN, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências. Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legislado_documento/?id=4333. Acesso em: 11 jan. 2020.

MARANHÃO. Lei nº 10.414, de 7 de março de 2016. Cria o Programa de Educação Integral, no Sistema Estadual de Ensino e dá outras providências (Resultante da Medida Provisória Nº 212, de 17 de dezembro de 2015) (Revoga a Lei 8.907, de 16 de dezembro de 2008). Disponível em: http://stc.ma.gov.br/legislado_documento/?id=4167. Acesso em: 20 jan. 2020.

PERNAMBUCO. Lei nº 12.965, de 26 de dezembro de 2005. Dispõe sobre a implantação e funcionamento dos Centros de Ensino Experimental, e dá outras providências. 2005.

PARAÍBA. Medida Provisória nº 267 de 07 de fevereiro de 2018. Cria o Programa de Educação Integral, composto por Escolas Cidadãs Integrais – ECI, Escolas Cidadãs Integrais Técnicas – ECIT e Escolas Cidadãs Integrais Socioeducativas - ECIS e institui o Regime de Dedicção Docente Integral – RDDI e dá outras providências. 2018.

PIAUI. Decreto nº 16.595, de 23 de maio de 2016, que "Declara como Centros Estaduais de Tempo Integral as escolas da Rede Estadual de Ensino listadas no Anexo Único deste Decreto, de conformidade com o decreto 13.457, de 16 de dezembro de 2008. Disponível em: <https://www.escavador.com/diarios/431929/doespi/p/2017-03-09>. Acesso em: 5 jan. 2020.

SINTEPE. Diga não à BNCC do ensino médio. SINTEPE, jul. 2018.

SERGIPE. Decreto nº 30.505 de 07 de fevereiro de 2017. Reestrutura o funcionamento dos Centros Experimentais de Ensino - CEEM, em Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual, implantados pela Lei Complementar nº 179, 21 de dezembro de 2009; institui o Programa de Educação em Tempo Integral, em conformidade com a Portaria nº 1.145, de 10 de outubro de 2016. 2017.

VII SEMANA INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA

AS LUTAS DA PEDAGOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA:
CIÊNCIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA.

29/11 a 05/12 de 2020 *ON-LINE*

Maceió - Alagoas - Brasil

Universidade Federal de Alagoas

Centro de Educação



ISSN1981 - 3031

SINTEP. É urgente que as entidades educacionais se manifestem contra aprovação sorateirra da nova bncc do ensino médio. SINTEP, dez. 2018.
SINPROESEMMA. Sinproesemma orienta as coordenações regionais para debate sobre o “DIA D” da BNCC do ensino médio. SINPROESEMMA, ago. 2018.